



**GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

# Relatório de Atividades



**SEFAZ - 2017**

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017 DA SEFAZ

### 1) INTRODUÇÃO

#### 1.1) IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO

**Órgão:** Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ (CNPJ: 13.128.798/0011-75)

**Natureza Jurídica:** Administração Pública Direta do Poder Executivo

**Finalidade:** Programar, organizar, executar e gerenciar as finanças públicas estaduais, arrecadação, fiscalização e aplicação, visando maximizar a receita e otimizar as despesas para o desenvolvimento político-econômico do Estado e do bem-estar social do seu povo.

**Gestor:** Secretário Josué Modesto dos Passos Subrinho

**Código Unidade Gestora (i-Gesp):** 16.000

**Endereço:** Av. Tancredo Neves, 151 - Centro Administrativo Augusto Franco CEP 49080-900 - Aracaju/SE - (0xx79) 3216-7000 - [www.sefaz.se.gov.br](http://www.sefaz.se.gov.br)

#### 1.2) HISTÓRICO E IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA SEFAZ

A Secretaria de Estado da Fazenda foi criada em 1º de dezembro de 1936, pela Lei nº 46. Em 14/07/41 ocorre sua 1ª transformação, quando se une à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior e passa a ter a denominação de Secretaria Geral. Tal situação persiste até 20/05/47, quando a transforma em Secretaria da Fazenda, Produção e Obras Públicas. A Lei nº 1.032, de 21/03/61, transfere algumas de suas funções e altera sua denominação para Secretaria da Fazenda e Obras Públicas, a qual persiste até 27/06/69, quando o Decreto-Lei nº 40 passa a designar-lhe somente de Secretaria da Fazenda.

Por conta das modificações impostas pela Constituição de 1988, a Secretaria da Fazenda muda sua denominação para Secretaria de Estado de Economia e Finanças (SEEF). Todavia, em 1991, ela foi extinta, e no seu lugar retorna a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), que teve sua sigla alterada para SEFAZ, por meio da Lei nº 3591/95.

Atualmente, a SEFAZ, órgão integrante da administração direta do Estado de Sergipe, encontra-se estruturada pela Lei nº. 4.483, de 18 de dezembro de 2001, alterada pelas Leis nº. 5.209/2003 e 5.888/06, que dispõe acerca da sua estrutura organizacional básica.

Já a identidade organizacional da SEFAZ consiste nas definições do seu negócio, da sua missão, visão e valores, conforme informado a seguir:

## IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

### NEGÓCIO ESTRATÉGICO

Administração das finanças públicas do Estado de Sergipe, provendo e viabilizando ações de governo que promovam o desenvolvimento econômico e o bem estar social.



### MISSÃO

Prover e administrar os recursos financeiros com eficiência, eficácia, ética e transparência, viabilizando o desenvolvimento econômico e social do Estado de Sergipe.



### VISÃO DE FUTURO

Ser uma Organização Fazendária de excelência, reconhecida como referência de modernidade, integridade e eficiência e que garante a sustentabilidade econômica e financeira do Estado de Sergipe.



### VALORES

Justiça Fiscal - Ética e Transparência - Profissionalismo  
Respeito ao cidadão - Gestão Participativa - Inovação Tecnológica

### 1.3) ANÁLISE DOS GASTOS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE

Em 2017, o Estado gastou cerca de R\$ 1.579,0 milhões com educação, representando um percentual de 25,21% das receitas resultantes de impostos, superando o percentual mínimo constitucional previsto de 25,0%. A saúde, por sua vez, consumiu cerca de R\$ 758,1 milhões, alcançando o percentual de 12,10%, acima do limite mínimo constitucional (12%).

**Tabela 1.** Análise dos gastos com educação e saúde em 2016 e 2017

FUNÇÃO	Jan a Dez 2016			Jan a Dez 2017		
	Mínimo Const.	Realizado		Mínimo Const.	Realizado	
		Valores (R\$ milhões)	%		Valores (R\$ milhões)	%
EDUCAÇÃO	25,0%	1.566,4	25,03%	25,0%	1.579,0	25,21%
SAÚDE	12,0%	760,0	12,15%	12,0%	758,1	12,10%
Receita Base do Cálculo		6.257,8			6.262,8	

Fonte: SEFAZ / Superintendência de Finanças Públicas

#### 1.4) ANÁLISE DAS RECEITAS E DESPESAS DO ESTADO

Em 2017, a **Receita Total do Estado** atingiu um montante de **R\$ 8.016,5 milhões**, representando um **crescimento nominal de 2,2%**, quando comparada com 2016. Ressalta-se que, contribuíram positivamente para tal resultado as seguintes rubricas destacadas: as **Receitas Tributárias próprias**, que cresceram **5,2%** (com destaques ao ICMS, principal receita própria, que subiu **7,5%**); a **Receita de Serviços** cresceu **aproximadamente 29,6%**; os Dividendos geraram um volume extra de R\$ 56 milhões; e, as **Receitas de Capital** que cresceram **cerca de 51,8%**. Já negativamente, tivemos as **Transferências Correntes** que registraram um **decréscimo de -2,3%**, sendo que o **FPE**, nossa principal fonte de recursos (representa sozinho **42%** da receita total do Estado), reduziu em **-3,6%** em comparação com 2016.

Já as **despesas de 2017**, durante o mesmo período, foram na ordem de **R\$ 8.496,4 milhões**, representando um **crescimento nominal de 9,2%** frente 2016. E, colaboraram, primordialmente, para tal resultado, a economia obtida nos seguintes grupos de despesas: as **Despesas de Pessoal e Encargos Pessoais** que aumentaram **12,9%**; as despesas com **Juros e Encargos da Dívida** que cresceram **6,8%**; e, as **Despesas de Capital** que gastaram R\$ 24,8 milhões a menos, representando uma **redução de cerca de -3,9%** (com destaques para as despesas com **Investimentos e Inversões Financeiras** que somadas representaram uma **queda de -15,8%**).

Destarte, deduzindo-se a Despesa Total da Receita Total, Sergipe apresentou, em 2017, um **déficit de R\$ 479 milhões**, representando um **aumento do desequilíbrio das contas públicas** quando comparado com 2016, tendo em vista que naquele ano havia obtido um superávit de R\$ 63 milhões. Isso se deve, especialmente, ao efeito da receita dos recursos de repatriação, que foi uma receita atípica ocorrida em novembro e dezembro de 2016.

Vide a seguir, na tabela 02, um balanço resumido dos anos de 2016 e 2017, descrevendo mais detalhadamente todos estes resultados analisados.

**Tabela 2. Balanço Resumido do Estado de Sergipe em 2016 e 2017**

DISCRIMINAÇÃO	2016	2017	Variação	% Variação Nominal
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>7.840,4</b>	<b>8.016,5</b>	<b>176,0</b>	<b>2,2%</b>
<b>Receita Corrente</b>	<b>7.681,6</b>	<b>7.775,5</b>	<b>93,8</b>	<b>1,2%</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	<b>2.334,7</b>	<b>2.457,2</b>	<b>122,5</b>	<b>5,2%</b>
IRRF	383,5	340,2	(43,3)	-11,3%
ICMS	2.842,5	3.056,1	213,6	7,5%
IPVA	197,7	207,2	9,5	4,8%
ITCMD	29,0	26,0	(3,0)	-10,3%
(-) Deduções FUNDEB/Munic.	(1.263,3)	(1.344,0)	(80,7)	6,4%
Taxas	80,1	86,8	6,7	8,4%
Adic. Fundo de Comb. à Pobr.	65,2	84,7	19,5	29,9%
<b>Transferências Correntes</b>	<b>3.839,6</b>	<b>3.749,8</b>	<b>(89,8)</b>	<b>-2,3%</b>
FPE	3.574,6	3.444,8	(129,8)	-3,6%
CIDE	15,2	20,6	5,4	35,9%
ROYALTIES	7,8	7,8	0,0	0,2%
(-) Deduções FUNDEB/Munic.	(719,7)	(695,8)	23,9	-3,3%
Transferência FUNDEB	610,5	607,5	(3,0)	-0,5%
Transferências de Convênios	48,3	22,1	(26,2)	-54,2%
Transferência do SUS	233,4	251,0	17,6	7,5%
Outras Transf. Correntes	69,7	91,8	22,1	31,7%
<b>Receitas de Contribuições</b>	<b>1.066,6</b>	<b>1.074,0</b>	<b>7,4</b>	<b>0,7%</b>
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>151,5</b>	<b>196,4</b>	<b>44,9</b>	<b>29,6%</b>
<b>Receitas Patrimoniais</b>	<b>189,0</b>	<b>173,2</b>	<b>(15,8)</b>	<b>-8,4%</b>
Dividendos	4,8	56,9	52,1	1084,0%
Remun. de Dep. Bancário	59,0	45,0	(14,0)	-23,7%
Outras Rec. Patrimoniais	125,2	71,3	(53,9)	-43,0%
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>100,1</b>	<b>124,8</b>	<b>24,7</b>	<b>24,7%</b>
<b>Receita de Capital</b>	<b>158,8</b>	<b>241,0</b>	<b>82,2</b>	<b>51,8%</b>
Operações de Crédito	123,4	160,1	36,6	29,7%
Transferências de Convênios	33,3	37,1	3,9	11,6%
Outras Rec. de Capital	2,0	43,8	41,7	2038,4%
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>7.777,1</b>	<b>8.496,4</b>	<b>719,3</b>	<b>9,2%</b>
<b>Despesa Corrente</b>	<b>7.138,8</b>	<b>7.882,9</b>	<b>744,1</b>	<b>10,4%</b>
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>4.888,9</b>	<b>5.521,9</b>	<b>633,0</b>	<b>12,9%</b>
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>148,6</b>	<b>158,7</b>	<b>10,2</b>	<b>6,8%</b>
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>2.101,3</b>	<b>2.202,2</b>	<b>100,9</b>	<b>4,8%</b>
Transferências a Municípios	97,2	72,7	(24,5)	-25,2%
Aplicações Diretas (Custeio)	1.970,9	2.094,2	123,4	6,3%
Outras Despesas Correntes	33,2	35,3	2,1	6,2%
<b>Despesa de Capital</b>	<b>638,3</b>	<b>613,5</b>	<b>(24,8)</b>	<b>-3,9%</b>
<b>Investimentos</b>	<b>369,7</b>	<b>312,0</b>	<b>(57,6)</b>	<b>-15,6%</b>
<b>Inversões Financeiras</b>	<b>37,3</b>	<b>30,7</b>	<b>(6,6)</b>	<b>-17,8%</b>
<b>Amortização da Dívida</b>	<b>231,3</b>	<b>270,8</b>	<b>39,5</b>	<b>17,1%</b>
<b>Superávit / Déficit Corrente</b>	<b>542,9</b>	<b>(107,4)</b>	<b>(650,3)</b>	<b>-119,8%</b>
<b>Superávit / Déficit Capital</b>	<b>(479,5)</b>	<b>(372,5)</b>	<b>107,0</b>	<b>-22,3%</b>
<b>Superávit / Déficit Total</b>	<b>63,4</b>	<b>(479,9)</b>	<b>(543,3)</b>	<b>-857,6%</b>

Fonte: SEFAZ / Superintendência de Finanças Públicas

## 1.5) ANÁLISE DA SITUAÇÃO FISCAL DO ESTADO

No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2017, o Estado de Sergipe cumpriu a todos os limites máximos dos indicadores da LRF, destacando-se a despesa líquida total de pessoal, a qual representou 57,58% da receita corrente líquida, sendo: 47,65% do Poder Executivo, 5,52 % do Poder Judiciário, 2,78% do Poder Legislativo e 1,64% do Ministério Público. Na sequência, é apresentado o detalhamento dos indicadores e seus respectivos limites da LRF.

**Tabela 3.** Quadro de indicadores da LRF 2017

LRF - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL							
Indicadores	Unid.	Fórmulas	Cálculo 2017	%	Lim. Prud.	Lim. Máx.	OK
Gasto Total com Pessoal	%	$\frac{\text{Desp. Líq. Total Pessoal}}{\text{Receita Corr. Líquida}}$	$\frac{3.964,8}{6.885,1}$	57,58%	57,00%	60,00%	✓
Gastos com Pessoal do Poder Executivo	%	$\frac{\text{Desp. Líq. Pessoal Exec.}}{\text{Receita Corr. Líquida}}$	$\frac{3.280,5}{6.885,1}$	47,65%	46,55%	49,00%	✓
Gastos com Pessoal do Poder Judiciário	%	$\frac{\text{Desp. Líq. Pessoal Jud.}}{\text{Receita Corr. Líquida}}$	$\frac{379,8}{6.885,1}$	5,52%	5,70%	6,00%	✓
Gastos com Pessoal do Poder Legislativo	%	$\frac{\text{Desp. Líq. Pessoal Leg.}}{\text{Receita Corr. Líquida}}$	$\frac{191,4}{6.885,1}$	2,78%	2,85%	3,00%	✓
Gastos com Pessoal do Ministério Público	%	$\frac{\text{Desp. Líq. Pessoal MP}}{\text{Receita Corr. Líquida}}$	$\frac{113,0}{6.885,1}$	1,64%	1,90%	2,00%	✓
Dívida Consolidada Líq.	%	$\frac{\text{Dívida Consolidada Líquida}}{\text{Receita Corr. Líquida}}$	$\frac{3.992,5}{6.885,1}$	57,99%	NA	200,0%	✓
Garantia de Valores	%	$\frac{\text{Garantia de Valores}}{\text{Receita Corr. Líquida}}$	$\frac{0,0}{6.885,1}$	0,00%	NA	22,0%	✓
Operações de Crédito Internas e Externas	%	$\frac{\text{Op. Créd. Int. e Ext.}}{\text{Receita Corr. Líquida}}$	$\frac{160,1}{6.885,1}$	2,32%	NA	16,0%	✓
Operações de Crédito por Antec. da Receita	%	$\frac{\text{Op. Créd. Antec. Rec.}}{\text{Receita Corr. Líquida}}$	$\frac{0,0}{6.885,1}$	0,00%	NA	7,0%	✓

Fonte: SEFAZ / Superintendência de Finanças Públicas

## 2) RESULTADOS ALCANÇADOS

### 2.1) ANÁLISE DA ARRECADAÇÃO

#### 2.1.1) ICMS - IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PREST. DE SERVIÇOS

A arrecadação do principal tributo estadual, o ICMS, o qual representa aproximadamente 81% da receita tributária e 38% da receita total do Estado, em 2017, apresentou uma arrecadação de R\$ 3.056,1 milhões, representando um crescimento nominal de 7,51%, comparativamente com o exercício anterior. Vide abaixo informações mais detalhadas dos resultados obtidos entre 2014 e 2017.

**Tabela 4.** Análise da arrecadação mensal de ICMS de 2014 a 2017

Meses	ICMS 2014	ICMS 2015	ICMS 2016	ICMS 2017	Cresc. Nom.	Cresc. Real	IPCA Ac. 12 meses
Jan	243.421.948	248.415.450	231.360.724	289.792.267	25,26%	18,89%	5,35%
Fev	213.603.467	230.640.847	232.224.662	222.023.674	-4,39%	-8,74%	4,76%
Mar	203.646.446	207.775.752	227.906.125	250.727.413	10,01%	5,20%	4,57%
Abr	210.647.793	233.501.643	241.386.477	258.352.744	7,03%	2,83%	4,08%
Mai	208.865.760	225.418.266	233.874.815	235.552.979	0,72%	-2,78%	3,60%
Jun	218.867.210	231.590.846	232.611.424	260.494.684	11,99%	8,73%	3,00%
Jul	196.926.087	225.644.352	229.630.112	240.032.065	4,53%	1,77%	2,71%
Ago	213.159.407	236.832.367	225.480.036	244.280.973	8,34%	5,74%	2,46%
Set	217.388.366	219.099.717	240.267.480	257.530.356	7,18%	4,53%	2,54%
Out	225.516.394	237.815.112	239.547.064	248.702.315	3,82%	1,09%	2,70%
Nov	233.490.502	238.794.223	257.737.004	267.235.834	3,69%	0,86%	2,80%
Dez	226.054.232	251.431.209	250.503.527	281.415.523	12,34%	9,12%	2,95%
<b>Total</b>	<b>2.611.587.612</b>	<b>2.786.959.782</b>	<b>2.842.529.450</b>	<b>3.056.140.827</b>			
<b>Cresc. Nominal</b>		<b>6,72%</b>	<b>1,99%</b>	<b>7,51%</b>			
<b>Cresc. Real (IPCA)</b>		<b>-2,11%</b>	<b>-6,21%</b>	<b>3,93%</b>			

Fonte: SEFAZ / Superintendência de Finanças Públicas

### 2.1.2) IPVA - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

No que diz respeito à arrecadação do IPVA, em 2017 foi arrecadado um montante de R\$ 207,2 milhões, significando um crescimento nominal de 4,81% quando comparado com 2016. Vide abaixo informações mais detalhadas dos resultados obtidos entre 2014 e 2017.

**Tabela 5. Análise da arrecadação mensal de IPVA de 2014 a 2017**

Meses	IPVA 2014	IPVA 2015	IPVA 2016	IPVA 2017	Cresc. Nom.	Cresc. Real	IPCA Ac. 12 meses
jan	6.365.830	9.092.263	20.043.385	19.921.887	-0,61%	-5,66%	5,35%
fev	7.869.056	10.521.255	16.359.320	44.108.717	169,62%	157,38%	4,76%
mar	11.525.914	18.830.261	18.882.050	14.234.494	-24,61%	-27,91%	4,57%
abr	12.813.864	14.904.807	20.764.114	11.708.944	-43,61%	-45,82%	4,08%
mai	13.012.082	14.150.940	19.687.737	14.075.429	-28,51%	-30,99%	3,60%
jun	11.806.005	14.496.747	19.665.612	13.532.584	-31,19%	-33,19%	3,00%
jul	13.785.632	15.497.546	19.998.768	15.492.408	-22,53%	-24,58%	2,71%
ago	12.565.008	14.557.369	20.831.777	15.952.622	-23,42%	-25,26%	2,46%
set	13.079.962	14.563.340	18.554.021	15.622.139	-15,80%	-17,89%	2,54%
out	11.188.942	12.473.067	10.350.942	16.394.977	58,39%	54,23%	2,70%
nov	9.726.892	12.087.019	9.081.869	16.668.090	83,53%	78,53%	2,80%
dez	6.419.271	4.811.875	3.495.203	9.512.398	172,16%	164,36%	2,95%
<b>Total</b>	<b>130.158.460</b>	<b>155.986.489</b>	<b>197.714.797</b>	<b>207.224.689</b>			
<b>Cresc. Nominal</b>		<b>19,84%</b>	<b>26,75%</b>	<b>4,81%</b>			
<b>Cresc. Real (IPCA)</b>		<b>9,91%</b>	<b>16,42%</b>	<b>1,22%</b>			

Fonte: SEFAZ / Superintendência de Finanças Públicas

### 2.1.3) ITCMD

O ITCMD - Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de quaisquer Bens ou Direitos é um imposto estadual incidente sobre o patrimônio que tem pouca participação na arrecadação tributária total. Sua receita em 2017 foi de R\$ 26,0 milhões, significando apenas 0,7% do volume arrecadado de Receita Tributária. Comparativamente com 2016, ela apresentou uma queda de -10,3%; todavia, ressalta-se que é uma receita que depende de variáveis aleatórias, como número de óbitos anuais e valor médio das heranças recebidas. Vide abaixo informações mais detalhadas dos resultados mensais obtidos entre 2014 e 2017.



**Tabela 6. Arrecadação Mensal de ITCMD de 2014 a 2017**

Mês	2014	2015	2016	2017
Jan	682.141	1.028.504	1.857.004	2.510.123
Fev	948.131	754.790	1.124.263	1.677.278
Mar	655.542	1.006.153	4.698.375	3.710.370
Abr	815.236	1.372.617	1.540.308	1.229.213
Mai	627.940	1.687.879	1.229.465	1.441.533
Jun	778.434	1.071.856	1.579.642	1.191.405
Jul	677.923	1.066.391	831.260	1.452.092
Ago	1.199.459	1.222.330	1.211.805	3.855.263
Set	1.322.145	2.028.416	1.248.804	1.072.591
Out	961.409	1.194.892	1.974.598	1.833.000
Nov	998.371	2.249.793	9.400.515	1.957.715
Dez	1.295.495	3.202.640	2.341.585	4.115.574
<b>TOTAL</b>	<b>10.962.227</b>	<b>17.886.260</b>	<b>29.037.625</b>	<b>26.046.156</b>

Fonte: SEFAZ / Superintendência de Finanças Públicas

### **3) PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS EM 2017**

#### **3.1) ÁREA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA**

##### **3.1.1) Informações sobre a GERTRIB - Área Tributária:**

- O Setor de Consultas, responsável pela emissão de pareceres técnicos que versam sobre questões tributárias formalmente dirigidas à SEFAZ pelos contribuintes, emitiu 529 pareceres e 122 ofícios nesse período;
- O Setor de Termo de Acordo, incumbido de elaborar e prorrogar o prazo de vigência dos Regimes Especiais de Tributação, elaborou neste ano 134 novos termos de Acordos e 27 Aditivos;
- O Setor de Legislação Tributária elaborou 158 minutas de normas relacionadas à nossa Legislação.

##### **3.1.2) Informações da GERCAT- Área do Contencioso Administrativo:**

- Principais ações desenvolvidas no exercício de 2017, até 30/11/2017:
  - a) Registra-se na Dívida Ativa Estadual um estoque de 46.673 (Quarenta e seis mil seiscentos e setenta e três) processos executados, o que representa um montante de R\$ 7.307.558.941,11 (Sete bilhões, trezentos e sete milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, novecentos e quarenta e um reais e onze centavos);

- b) Foram inscritos na Dívida Ativa 78.526 processos que totalizaram R\$ 868.061.647,61 (Oitocentos e sessenta e oito milhões, sessenta e um mil, seiscentos e quarenta e sete reais e sessenta e um centavos);
- c) Inscrição em Dívida Ativa dos créditos do IPVA, do ITCMD e créditos originários de outros Órgãos Públicos do Estado;

### 3.1.3) Informações da GERCONT:

➤ Em 2017, dentre as ações concluídas pela Subgerência de Arrecadação - SUBARREC e pela Subgerência de Informações Econômico Fiscais - SUBIEF, destacaram-se as seguintes:

- a) Desenvolvimento do Sistema de Integração do Cadastro de Contribuintes com a JUCESE. Concluído o módulo de “Cadastro”, que permite ao contribuinte fazer seu cadastro em diversos órgãos acessando a internet em uma única página. O contribuinte não mais necessita visitar cada órgão e nem apresentar documentos em todos eles, pois um único acesso lhe permite enviar seus documentos e fazer o cadastro em todos os órgãos que lhe são obrigatórios.
- b) Ainda em desenvolvimento os módulos de “Alteração Cadastral” e “Baixa Cadastral”, com previsão de conclusão em março de 2018.
- c) Levantamento das ações de arrecadação para iniciar as alterações necessárias no “Sistema de Arrecadação Estadual - SAE”.
- d) Ações de atendimento ao contribuinte: Atendimento a processos administrativos dos contribuintes acerca de diversos tipos de solicitações

<b>AÇÕES REALIZADAS PELA GERCONT EM 2017</b>	<b>TOTAL</b>
Cadastro de contribuinte	7.155
Baixa de inscrição estadual	1.673
Cancelamento de inscrição estadual	161
Solicitações deferidas	13.811
Solicitações indeferidas	1.743
Outras solilcitações	6.726

### 3.1.4) Informações da GERPLAF:

- Em 2017, destacaram-se as seguintes ações concluídas na fiscalização de estabelecimentos:
  - a) Aprimoramento do sistema de fiscalização e auditoria das empresas do ramo de comunicação e energia elétrica no BI (Business Intelligence);
  - b) Adotada a metodologia de trabalho de Monitoramento dos Grandes Contribuintes, a qual se traduz no acompanhamento mensal e durante todo o exercício da regularidade fiscal das grandes empresas; consideradas assim aquelas responsáveis pela grande parcela da arrecadação estadual de ICMS;
  - c) Ações desenvolvidas em conjunto com a Receita Federal do Brasil para fiscalização das empresas do Simples Nacional (confronto notas fiscais emitidas e informações das Administradoras de Cartão de Crédito);
  - d) Criada força tarefa para a homologação dos milhares de processos de Baixa Cadastral. Neste ano foram deferidos e homologados 11.915 pedidos de Baixa Cadastral no CACESE;
  - e) A tabela a seguir demonstra o resultado das ações realizadas pela área de fiscalização de estabelecimentos:

<b>AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO 2017</b>	<b>TOTAL</b>
Auditorias realizadas	1.080
Monitoramentos realizados	364
Diligências realizadas	2.510
Operações Especiais	20
Autos de Infração Lavrados	534
Autos de Infração Quitados	44
Crédito Tributário Lançado	R\$ 242.923.797,76
Crédito Tributário Pago	R\$ 1.574.379,20

### 3.1.5) Área de Fiscalização de Trânsito:

- As principais ações concluídas de fiscalização de trânsito em 2017 foram:
  - a) Criada a Unidade de Monitoramento e Análise - UMA, objetivando efetuar o acompanhamento em tempo real das operações de compra e venda de mercadorias pelos contribuintes evitando a prática de fraude e a evasão fiscal;
  - b) O resultado das ações realizadas pela fiscalização do trânsito de mercadorias no território sergipano em 2017 está consubstanciado na seguinte tabela:

AÇÕES FISCALIZAÇÃO TRÂNSITO	TOTAL
Notas Fiscais Registradas	16.143.087
ICMS Antecipado Gerado	R\$ 518.943.353,05
Diligências realizadas	2.001
Autos de Infração Lavrados	6.205
Autos de Infração Quitados	3.942
Crédito Tributário Lançado	R\$ 284.338.315,32
Crédito Tributário Pago	R\$ 38.307.165,80

### 3.1.6) Operações Especiais de Fiscalização Realizadas em 2017

- Vide abaixo o resumo das principais operações especiais de fiscalização realizadas em 2017:

OPERAÇÃO	OBJETIVO	RESULTADO
<b>Fisco Presente</b>	Diligenciar as empresas do interior e da capital do Estado para verificar a ocorrência de irregularidades fiscais	Foram visitadas diversas empresas em vários municípios do Estado contando com a participação de todas as equipes dos Comandos Fiscais, da Central de Operações Estaduais - COE, Polícia Fazendária, DEOTAP e PROCON
<b>Alerta</b>	Ações desenvolvidas em conjunto com a Receita Federal do Brasil para fiscalização das empresas do Simples Nacional (confronto notas fiscais emitidas e informações das Administradoras de Cartão de Crédito)	Para as irregularidades encontradas foram emitidos os Auto de Infração, inclusive o AINF (ambiente da Receita Federal do Brasil)
<b>Cartão de Crédito</b>	Confrontar as informações fornecidas pelas administradoras de cartão de crédito com os dados declarados pelos contribuintes na Escrituração Fiscal Digital - EFD,	A operação foi deflagrada no exercício de 2013. A operação em 2017 foi incorporada nos procedimentos de fiscalização de estabelecimento. O crédito

	objetivando a cobrança de diferenças por estes não declaradas.	tributário levantado por estas ações está diluído no crédito tributário informado das ações realizadas pela GERAF.
<b>Cooperativa de Transportes de Passageiros</b>	Fiscalizar a emissão de documento fiscal (Bilhete de Passagens) pelos prestadores de serviço de transporte de Passageiros	Foi realizada operação de fiscalização com a abordagem dos veículos e orientação quanto à necessidade de emissão do respectivo documento fiscal.
<b>Dias das Mães</b>	Ação conjunta com o INMETRO/ITPS/PROCON/PM sob a coordenação do ITPS. Realização de uma série de verificações comuns às diligências de monitoramento fiscais concernente a dados cadastrais, cumprimento da obrigatoriedade de emissão da NFC-e ou do Cupom Fiscal nas vendas efetuadas, uso regular dos equipamentos do tipo (POS) devidamente vinculados aos documentos fiscais.	Para as irregularidades encontradas foram adotadas as seguintes medidas: Auto de Infração e termo de Depósito para as mercadorias recebidas sem nota fiscal; Notificação para reativação imediata do sistema emissor de NFC-e; Notificação para retirada imediata do equipamento POS irregular.
<b>Dia das Crianças</b>	Ação conjunta com o INMETRO/ITPS/PROCON/PM sob a coordenação do ITPS. Realização de uma série de verificações comuns às diligências de monitoramento fiscais concernente a dados cadastrais, cumprimento da obrigatoriedade de emissão da NFC-e ou do Cupom Fiscal nas vendas efetuadas, uso regular dos equipamentos do tipo (POS)	Para as irregularidades encontradas foram adotadas as seguintes medidas: Auto de Infração e termo de Depósito para as mercadorias recebidas sem nota fiscal; Notificação para reativação imediata do sistema emissor de NFC-e; Notificação para retirada imediata do equipamento POS irregular.

	devidamente vinculados aos documentos fiscais.	
--	--	--

### **3.1.7) Informações do IPVA;**

- Inscrição no SERASA e CADIN dos devedores do IPVA;
- Criação de “Web Service” de comunicado de venda no Detran;
- Atualizações no sistema relacionadas a isenção deficientes;
- Reuniões entre área de negócios e Tecnologia para implantação do Conta Corrente IPVA;
- Desenvolvimento da certidão negativa do IPVA;
- Reuniões com Detran/Banese para possibilitar o recolhimento de IPVA por cartão de crédito;
- Reuniões com Detran, Anoreg para possibilitar comunicado de venda através dos cartórios;
- Estudos para viabilizar lançamento do IPVA na emissão da nota fiscal eletrônica.

### **3.1.8) Informações da Ouvidoria;**

- A Ouvidoria da Fazenda de Sergipe, entre janeiro a dezembro de 2017, atendeu a 363 manifestações, acerca de orientações e denúncias recebidas dos cidadãos, além de e-mails, cartas e atendimentos presenciais. As denúncias recebidas foram encaminhadas para o setor competente para apuração de suspeitas de fraude fiscal, na qual resultou em aumento da arrecadação Estadual.

### **3.1.9) Informações dos CEACs ;**

- Em 2017, até o mês de novembro, foram realizados 390.942 atendimentos nos diversos CEACs - Centros de Atendimento ao Contribuinte, localizados nos municípios sergipanos.

## **3.2) ÁREA DE RECURSOS HUMANOS**

- Em 2017, a Escola Fazendária realizou um total de 27 eventos de capacitação em diversas áreas, resultando em 764 capacitações concluídas, tendo um custo de R\$ 154.135,00 da fonte 0270 - FINATE;

- No que tange à Educação Fiscal, em 2017, foram capacitados 321 Agentes Disseminadores de Educação Fiscal.

### **3.3) ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

- As principais ações de Tecnologia da Informação em 2017 foram as seguintes:

#### **3.3.1) IMPLANTAÇÃO DO NOVO DATACENTER**

- Implantação um novo Data Center da SEFAZ oferece condições para expansão da capacidade de fluxo processamento de dados e armazenamento de informações de todo o Sistema Fazendário. A nova sala-cofre representa a garantia quanto à segurança dos sistemas.

#### **3.3.2) IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO**

- Implantação de sistema com capacidade de monitoramento de todo o ambiente gerido pela Superintendência de Tecnologia da SEFAZ.

#### **3.3.3) MELHORIA DA SEGURANÇA (ANTIVIRUS)**

- Aquisição de Licenças de Uso de Software de Antivírus. Com a instalação destas licenças a instituição estará mais protegida dos riscos de violação de dados.

#### **3.3.4) REESTRUTURAÇÃO DO CABEAMENTO LÓGICO**

- Reestruturação interna do cabeamento estruturado de rede do prédio sede da SEFAZ.

#### **3.3.5) PROCESSO DE SOFTWARE**

- Aquisição de ferramenta de gestão de Ciclo de Vida de Software, para promover a integração e padronização do processo de desenvolvimento do software. Essa atividade está em implantação.

#### **3.3.6) BARRAMENTO DE SERVIÇOS**

- Aquisição de uma ferramenta de gestão para integrar os sistemas legados com novas formas de disponibilização (web, móvel, etc.) a SEFAZ/SE e construção de API (Application Programming Interface) que permitirá a disponibilização de serviços existentes e novos a serem desenvolvidos. Atividade em implantação.

### **3.3.7) DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA "AUDITORIA FISCAL PLANEJADA"**

- O Sistema foi desenvolvido com o objetivo de dar maior celeridade na identificação e recuperação do crédito tributário, através de um planejamento mais eficaz das ações fiscais a partir de riscos identificados, bem como direcionar a execução da auditoria de estabelecimento por intermédio de roteiros de fiscalização padronizados.No momento o sistema está em implantação pela SEFAZ.

### **3.3.8) IMPLANTAÇÃO DO REDESIM - INTEGRAÇÃO DO CADASTRO DE CONTRIBUINTES COM A JUCESE**

- Consiste em redesenhar, implementar e implantar o novo processo de Cadastro de Contribuintes do Estado de Sergipe, totalmente integrado com todos os entes envolvidos no processo (JUCESE, Receita Federal do Brasil, Prefeituras Municipais do Estado de Sergipe, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, ADEMA e demais órgãos reguladores).

### **3.3.9) BI -Business Intelligence**

- Aprimoramento da disponibilização de informações gerenciais e estratégicas a partir do Sistema Fazendário e de Gestão da Despesa Pública - iGESP, utilizando-se de ferramentas de Business Intelligence (BI).

### **3.3.10) INOVAÇÕES EM SISTEMAS**

- Os seguintes sistemas receberam melhorias e inovações:
  - Sistema de Acompanhamento de Processo - SAP
  - Sistema de Auditoria Fiscal - SAF
  - Sistema de Informações do Contribuinte - SIC
  - Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital - SPED
  - Sistema de Informações de Trânsito - SIT
  - Sistema de Arrecadação Estadual - SAE
  - Documentos Fiscais Eletrônicos - DFe
  - IPVA
  - Declaração de Informações do Contribuinte - DIC
  - Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais - GNRE
  - Nota da Gente - NDG



## 4) NOVOS INVESTIMENTOS

### 4.1) PROGRAMA NOTA DA GENTE

- O Programa Nota da Gente é um programa de estímulo à cidadania fiscal e tributária no Estado de Sergipe, o qual foi lançado em novembro de 2011 e terá continuidade em 2018, com o objetivo de conscientizar e estimular os adquirentes de mercadorias, bens e serviços com incidência do ICMS a exigirem dos respectivos fornecedores ou prestadores de serviço a entrega do documento fiscal hábil, com o número do CPF do consumidor, fazendo de cada cidadão um fiscal. Em contrapartida, o Programa prevê a realização de sorteios trimestrais com premiações de R\$ 250.000,00 por sorteio.
- No ano de 2017, o Programa obteve os seguintes dados estatísticos;
  - **470.431.701** - Notas/cupons fiscais recebidos;
  - **102.368** - Consumidores cadastrados;
  - **4.050** - Consumidores premiados.
  - Notas Recebidas = **37.054.872**
  - Cupons fiscais recebidos = **433.376.829**
  - Consumidores, pessoa física cadastrada= **102.368**;
  - Consumidores, pessoa jurídica cadastrada= **08**

### 4.2) PROJETO DE MODERNIZAÇÃO FAZENDÁRIA DO ESTADO DE SERGIPE - PROMOFAZ

- A Secretaria da Fazenda firmou Contrato de Empréstimo junto ao BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento (contrato nº 2518/OC-BR), para realização do Projeto de Modernização Fazendária do Estado de Sergipe - PROMOFAZ, que visa à modernização da Secretaria de Estado da Fazenda e tem como objetivo principal o incremento da arrecadação estadual, a melhoria da prestação de serviços ao cidadão e o aumento da eficiência da gestão fiscal.
- Informamos que do valor total do Projeto de Modernização Fazendária do Estado de Sergipe - PROMOFAZ, US\$ 7.959.000,00 (sete milhões, novecentos e cinquenta e nove mil dólares americanos), foram desembolsados (gastos), até setembro de 2017, aproximadamente, o percentual de 60% (sessenta por cento), ou seja, US\$ 4.812.994,99.
- Considerando que o Promofaz já está em fase de finalização, em 2017 foram realizadas as seguintes contratações:

- ✓ **Contratação de Engenheiro Ambiental** - Contratação de consultor individual para assessoria técnica ambiental nos processos de licenciamento ambiental no prédio sede da secretaria de estado da fazenda de sergipe - sefaz e nas unidades externas da Sefaz. - R\$ 229.380,53
- ✓ **Aquisição do Container Cofre:** aquisição de um Data Center Modular Seguro (DCMS), tendo como objetivo principal ampliar a segurança e a disponibilidade do Data Center onde ficam alojados os servidores, storages e ativos de rede que contém informações críticas do Estado;



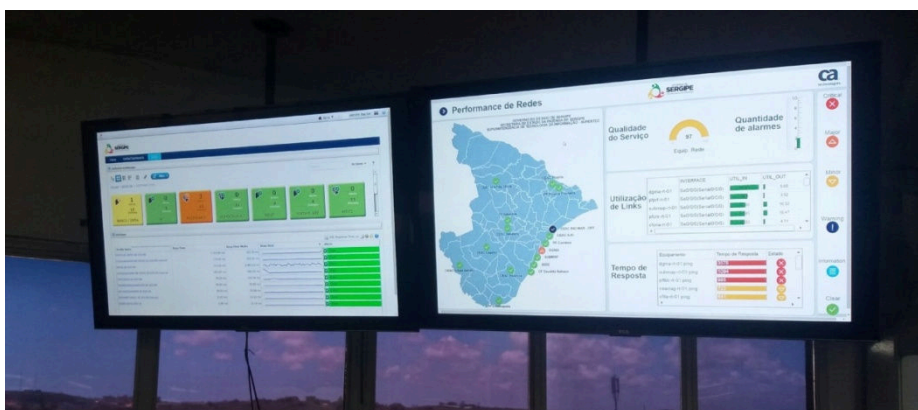
Container Cofre instalado

- ✓ **Data Center:** aquisição de Expansão da Infra-Estrutura de TI contemplando os subsistemas de armazenamento de dados, servidores, backup e redes, incluindo serviços de manutenção, suporte, implantação e transferência de conhecimento.



➤ Em 2017, estão sendo executados os produtos do Promofaz abaixo delineados, quais sejam:

- ✓ **Ferramenta de Monitoramento de TI:** Aquisição de solução de Gestão e Monitoramento de Serviços de Tecnologia da Informação, que possua capacidade de monitoramento de todo o ambiente gerido pela SUPERTEC, englobando monitoramento de aplicações, banco de dados, sistemas operacionais para que possam ser mensurados métricas de performance, disponibilidade e acordos de níveis de serviço provenientes da solução. Implantada.



- ✓ **Redesenho de Processos:** mapeamento dos processos atuais, análise, desenho dos processos contendo proposta de melhorias, definição dos respectivos indicadores de desempenho, relatório de implantação dos novos processos e elaboração do manual de processos das unidades que compõem a SEFAZ/SE.
- ✓ **Desenvolvimento do Sistema de Planejamento Fiscal:** Implementação de solução tecnológica integrada que contemple o planejamento e a execução da ação de fiscalização (monitoramento e auditoria) de empresas, tanto na esfera preventiva quanto na repressiva, através de uma solução eletrônica de inteligência analítica de dados. Os serviços contratados têm por objetivo desenvolver uma solução integrada que possibilite o planejamento e a execução da ação fiscal nos níveis estratégico, gerencial e operacional.

Aracaju, 15 de dezembro de 2017.

---

**JOSUÉ MODESTO P. SUBRINHO**  
Secretário de Estado da Fazenda

## **ANEXO I - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A**

### **IDENTIFICAÇÃO**

Órgão - Banco do Estado de Sergipe S.A

Gestor Responsável - Fernando Soares da Mota

Período do Relatório - 2017

Em 2017, o Banese investiu mais de R\$ 6 milhões na área de Tecnologia da Informação, sendo que, parte desses investimentos foi decorrente da reestruturação da infraestrutura de TI, melhoria contínua de processos, arquitetura e governança de TI. Visando atender à estratégia do Banco de crescimento do uso dos canais digitais, e melhoria na eficiência do atendimento aos clientes, o Banese tem investido em seus canais de atendimento, visando a ampliação da oferta de produtos e serviços nos canais digitais, ampliando a competitividade do Banco no mercado.

Durante o exercício, o país começou a dar sinais de recuperação de sua economia, e nesse cenário o Banese disponibilizou recursos importantes para a expansão econômica do Estado. Concedeu mais de R\$ 44 milhões<sup>1</sup> em crédito para o desenvolvimento produtivo, que abrange o crédito rural, industrial, imobiliário, e a linha “Credi-Invest”.

Como banco de fomento, o Banese também oferece crédito aos micro e pequenos empreendedores que estão fora do mercado formal de crédito, por não terem condições de atender às exigências bancárias. Em consonância com o seu compromisso de Banco de desenvolvimento do Estado de Sergipe, o Banese intensifica as ações de concessão e desburocratização das operações de microcrédito. De janeiro a outubro de 2017 foram firmados 4.725 contratos, correspondendo ao montante aplicado de mais de R\$ 16 milhões.

Em relação à Política de Inclusão Produtiva, o Banese oferece seu apoio direto por meio do Programa Estadual de Transferência de Renda (Mão Amiga), que beneficia trabalhadores das culturas da laranja e cana de açúcar no período de entressafra. Através de sua ampla rede de pontos de atendimento, o Banese fornece aos beneficiários do programa a inclusão bancária, realizando o pagamento das bolsas a partir da abertura de contas-correntes e da entrega de cartões magnéticos específicos para esse fim. Este ano, foram beneficiadas 4.102 pessoas que trabalham na cultura de cana de açúcar, nos

---

<sup>1</sup> Valor acumulado de janeiro a outubro, pois no período de envio das informações os valores de novembro e dezembro ainda não haviam sido contabilizados.

municípios de Areia Branca, Capela, Divina Pastora, Japaratuba, Japoatã, Laranjeiras, Malhada dos Bois, Maruim, Muribeca, Neópolis, Nossa Senhora das Dores, Pacatuba, Riachuelo, Rosário do Catete, Santa Rosa de Lima, Santana do São Francisco, São Cristóvão, São Francisco, e Siriri. Foram ainda beneficiadas 4.441 pessoas que trabalham na cultura de laranja, nos municípios de: Arauá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Itaporanga, Lagarto, Pedrinhas, Riachão do Dantas, Salgado, Santa Luzia do Itanhy, Tomar do Geru e Umbaúba.

A rede de atendimento do Banese é composta por 63 agências, 12 postos de serviços, e mais de 240 Correspondentes no país. O Banese dispõe ainda de mais de 490 terminais de autoatendimento em todo o Estado, além dos canais digitais que possibilitam maior comodidade e praticidade aos clientes. Foram investidos mais de R\$ 2 milhões no ano em reformas e melhorias na rede de atendimento do Banese.

Acreditando no desenvolvimento econômico do Estado como fator de inclusão social, o Banese busca a ampliação dos resultados pertinentes às iniciativas ligadas ao Programa 0021- Desenvolvimento Produtivo, Ciência, Tecnologia e Inovação (Atualização do parque tecnológico e Realização de Melhorias na rede de agências) necessárias à condução das políticas com as quais está envolvido dentro do Plano maior do Governo - PPA.

## **1. RESULTADOS ALCANÇADOS**

Em 2017, o Banese investiu mais de R\$ 6 milhões na área de Tecnologia da Informação, sendo que, parte desses investimentos foi decorrente da reestruturação da infraestrutura de TI, melhoria contínua de processos, arquitetura e governança de TI. Visando atender à estratégia do Banco de crescimento do uso dos canais digitais, e melhoria na eficiência do atendimento aos clientes. Concedeu mais de R\$ 44 milhões <sup>2</sup>em crédito para o desenvolvimento produtivo, que abrange o crédito rural, industrial, imobiliário, e a linha “Credi-Invest”.

Como banco de fomento, o Banese também oferece crédito aos micro e pequenos empreendedores que estão fora do mercado formal de crédito, por não terem condições de atender às exigências bancárias. De janeiro a outubro de 2017 foram firmados 4.725 contratos, correspondendo ao montante aplicado de mais de R\$ 16 milhões.

Em relação à Política de Inclusão Produtiva, o Banese oferece seu apoio direto por meio do Programa Estadual de Transferência de Renda (Mão Amiga), que beneficia trabalhadores das culturas da laranja e cana de açúcar no período de entressafra. Este ano, foram

---

<sup>2</sup> Valor acumulado de janeiro a outubro, pois no período de envio das informações os valores de novembro e dezembro ainda não haviam sido contabilizados.

beneficiadas 4.102 pessoas que trabalham na cultura de cana de açúcar, nos municípios de Areia Branca, Capela, Divina Pastora, Japaratuba, Japoatã, Laranjeiras, Malhada dos Bois, Maruim, Muribeca, Neópolis, Nossa Senhora das Dores, Pacatuba, Riachuelo, Rosário do Catete, Santa Rosa de Lima, Santana do São Francisco, São Cristóvão, São Francisco, e Siriri. Foram ainda beneficiadas 4.441 pessoas que trabalham na cultura de laranja, nos municípios de: Arauá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Itaporanga, Lagarto, Pedrinhas, Riachão do Dantas, Salgado, Santa Luzia do Itanhy, Tomar do Geru e Umbaúba.

A rede de atendimento do Banese é composta por 63 agências, 12 postos de serviços, e mais de 240 Correspondentes no país. O Banese dispõe ainda de mais de 490 terminais de autoatendimento em todo o Estado, além dos canais digitais que possibilitam maior comodidade e praticidade aos clientes. Foram investidos mais de R\$ 2 milhões no ano em reformas e melhorias na rede de atendimento do Banese.

## **2. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS EM 2017**

Em 2017, o Banese continuou investindo na remodelagem do modelo de atendimento de suas unidades, a fim de melhorar a qualidade do atendimento, proporcionando uma maior satisfação aos seus clientes. As ações contemplam expressivas melhorias na gestão de atendimento, reforma e adequação de layout das agências, reposicionamento dos correspondentes no país, e ampliação da oferta de produtos e serviços nos canais digitais. Destacaram-se em 2017 as ações com impacto na sociedade sergipana listadas abaixo:

- O Banese disponibilizou também a adesão ao “Banese Clube +” através do celular. Os clientes passaram a poder contratar o serviço através do Aplicativo Banese, Internet Banking, Caixas eletrônicos e agências do Banese.
- O Instituto Banese obteve apoio do Ministério do Turismo para a construção do Largo da Gente Sergipana. O largo ficará localizado no estuário do Rio Sergipe, em frente ao Museu da Gente Sergipana, e fortalece a cultura local, representando os principais personagens de manifestações culturais sergipanas.
- Foram instalados novos caixas eletrônicos recicladores no Estado. O caixa eletrônico reciclador tem como diferencial principal o depósito online, possibilitando maior comodidade e praticidade aos clientes do Banco. Os terminais já estão disponíveis em diversas agências na capital e no interior do Estado.
- Em parceria com o Governo do Estado, o Banese disponibilizou R\$ 20 milhões para uma linha de crédito direcionada para os produtores rurais sergipanos localizados

nos municípios atingidos pela estiagem. O Custeio Pecuário objetiva atender às necessidades do ciclo produtivo da pecuária por um período de 90 dias, através do financiamento à aquisição de ração animal, água e verba para manutenção familiar.

- O Banese, juntamente com o Banese Card, participou de diversos eventos de renegociação de dívidas no ano. A renegociação de dívidas possibilita a melhora do nível de endividamento das famílias sergipanas.
- O Banese lançou o produto “Troco Premiado”, que beneficiará instituições filantrópicas sergipanas. Ao doar o troco no valor de R\$ 0,01 a R\$ 9,99 no Ponto Banese, a pessoa ganha um número da sorte e com ele concorre a um prêmio de 5.025 vezes o valor do troco deixado. Metade do valor arrecadado com o Troco Premiado será destinado ao Instituto Banese, que repassará os recursos para as entidades filantrópicas que apóia.
- O governador Jackson Barreto e o presidente do Banese, Fernando Mota, assinaram convênio com a Sociedade Filarmônica Nossa Senhora da Conceição, de Itabaiana, destinando recursos da ordem de R\$ 200 mil para a manutenção do trabalho da entidade sociocultural.
- Reinaugurada agência localizada no Shopping Riomar. A reforma da agência faz parte do projeto de segmentação de clientes do Banco. Com um horário diferenciado, a unidade está voltada principalmente para realização de negócios, prestando ainda serviços de consultoria e assessoria financeira. A decoração da agência conta com artigos de decoração produzidos por artesãos do município de Santa Luzia do Itanhy.

### **3. NOVOS INVESTIMENTOS**

Não obstante o cenário econômico, o Banese continuará executando ações em consonância com as políticas do Governo, investindo na melhoria da rede de atendimento, incentivando a cultura, esporte e lazer, e concedendo os recursos necessários à expansão das atividades no Estado.